

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão  
Deficiente Mental de Castelo Branco



# RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO 2018

Março de 2019



## Relatório e Contas do Exercício 2018

### Designação Social

APPACDM de Castelo Branco - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão  
Deficiente Mental

### Forma Jurídica

Instituição Particular de Solidariedade Social

### Sede Social

Rua em frente ao Hospital Amato Lusitano – 6000-109 Castelo Branco

## ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO .....	4
II. ÓRGÃOS SOCIAIS DA APPACDM DE CASTELO BRANCO .....	5
III. PRINCÍPIOS DA ORGANIZAÇÃO .....	6
IV. CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURAL .....	7
1. SÓCIOS .....	8
2. UTENTES .....	8
2.1 - ATIVIDADES REALIZADAS PELOS UTENTES .....	9
3. RECURSOS HUMANOS .....	10
4. PARCERIAS .....	12
5. MELHORIA CONTÍNUA E INOVAÇÃO .....	13
V. PERSPETIVAS FUTURAS .....	14
VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	14
VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	14
VIII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DEZEMBRO 2018.....	16
1. BALANÇO .....	16
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	17
3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS.....	18
4. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	20
5. ANEXO .....	21

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Órgãos Sociais da APPACDM de Castelo Branco.....	5
Figura 2 - Princípios da Organização.....	6
Figura 3 - Caracterização Estrutural .....	7

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Sócios.....	8
Gráfico 2 - Número Médio de Utentes em 2017 e 2018.....	9



Gráfico 3 - Número de Colaboradores e Prestadores de Serviços.....	11
Gráfico 4 – Distribuição de Colaboradores.....	11

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço em 31 de dezembro de 2018 .....	16
Tabela 2 - Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	17
Tabela 3 - Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2017 .....	18
Tabela 4 - Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2018.....	19
Tabela 5 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	20



## I. INTRODUÇÃO

De acordo com o previsto nos Estatutos, a Direção da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - APPACDM de Castelo Branco, apresenta à Assembleia Geral de Sócios o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2018, para apreciação, discussão e votação, que relata as atividades desenvolvidas e a gestão exercida ao longo do ano de 2018.

Ao longo do ano, a direção procurou guiar as suas ações com vista a proporcionar melhores serviços e maior qualidade de vida aos seus utentes e familiares, mantendo um modelo de intervenção centrado na pessoa e alinhando todas as suas respostas e projetos às melhores práticas. Tendo como objetivos a garantia dos direitos das pessoas com deficiências e a oferta de serviços de apoio que viabilizam a sua integração social e profissional, bem como a criação de soluções de complementaridade ou de alternativa às famílias, através da promoção de meios educativos, socioculturais, profissionais e reabilitação/habilitação de crianças, jovens e adultos com Deficiência Mental.

A par das respostas sociais e da qualidade dos serviços prestados, a sustentabilidade da Instituição a médio e longo prazo, constitui uma das preocupações da direção. Pelo que sempre procurou com as boas práticas governativas atuar em parcerias com entidades públicas e privadas.

A 16 de novembro de 2018 a instituição celebrou 45 anos de existência, dando início à realização de diversas atividades comemorativas que se prolongam pelo decorrente ano. Atingimos muitos dos objetivos a que nos propusemos, mas isso só foi possível graças ao trabalho de todos os colaboradores e apoio dos pais e parceiros da APPACDM de Castelo Branco.

*Paulo*  
*A*  
*nee*

## II. ÓRGÃOS SOCIAIS DA APPACDM DE CASTELO BRANCO

No modelo de governação da APPACDM de Castelo Branco, os Órgãos Sociais do quadriénio 2016/2019 são constituídos pela Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal, em que os seus membros desempenham voluntariamente a sua função. A composição dos órgãos sociais é a seguinte:

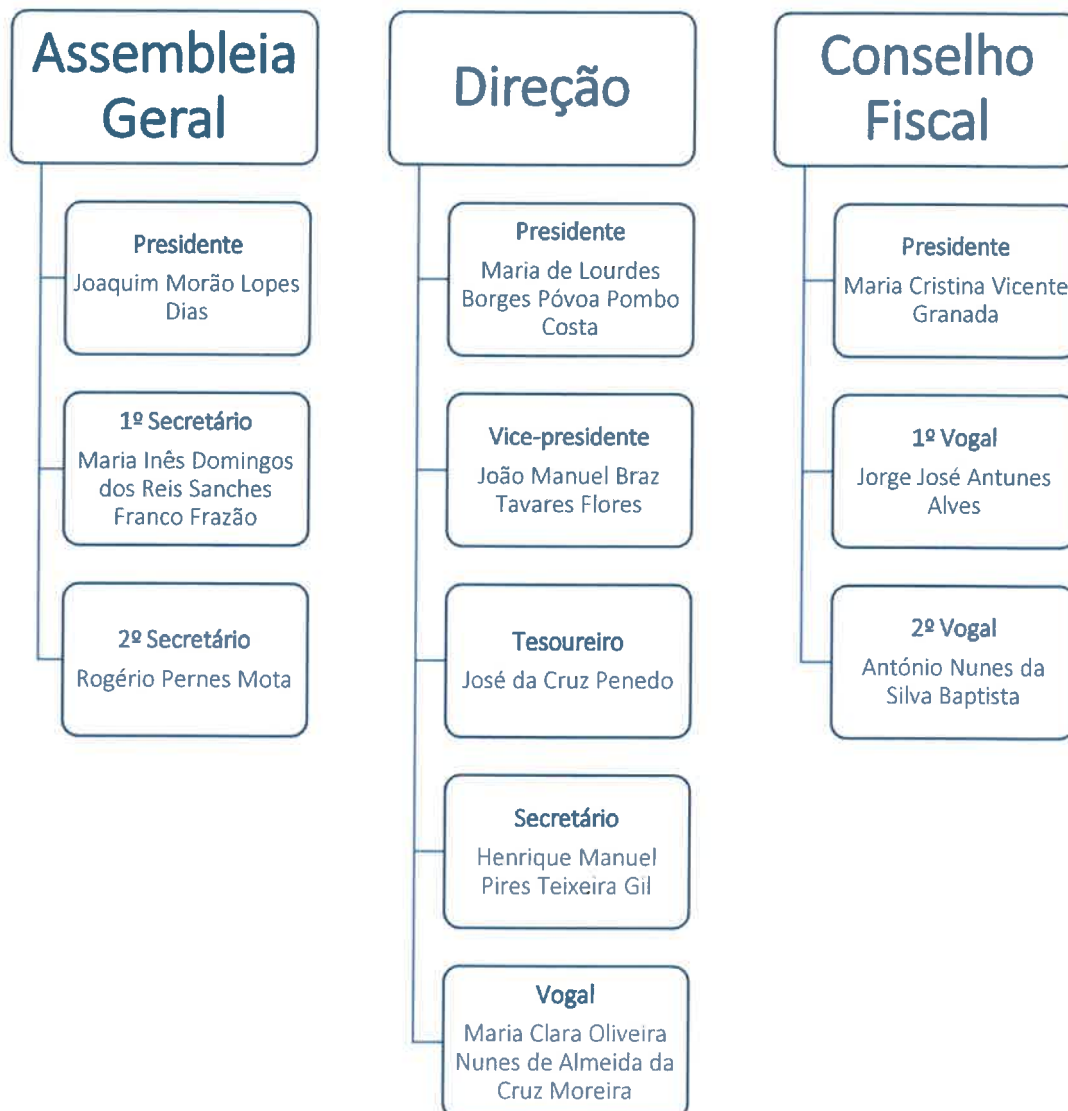


Figura 1 - Órgãos Sociais da APPACDM de Castelo Branco

### III. PRINCÍPIOS DA ORGANIZAÇÃO

Os princípios da APPACDM de Castelo Branco assentam em quatro pilares, evidenciados na figura 2.



Figura 2 - Princípios da Organização



*Paulo*  
*74*  
*ce*

#### IV. CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURAL

As políticas sociais, económicas e educativas registadas na última década provocaram modificações na sociedade portuguesa. Neste contexto, as Instituições Particulares de Solidariedade Social deparam-se com desafios cada vez mais exigentes e a APPACDM de Castelo Branco não foi exceção. Para poder dar resposta às necessidades, expectativas e interesses das pessoas com deficiência intelectual, a instituição dispõe de três estabelecimentos, constituídos por valências e atividades consideradas socialmente úteis e com recursos adequados (cf. Figura 3).

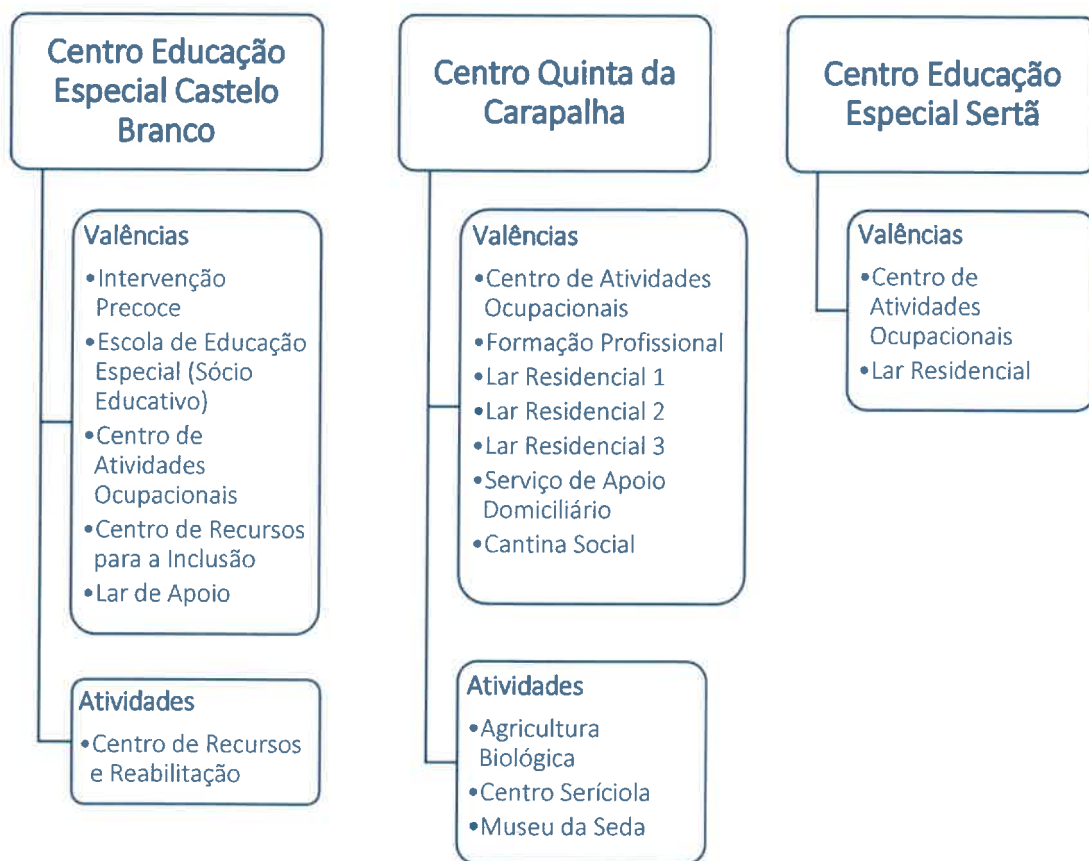


Figura 3 - Caracterização Estrutural



## 1. SÓCIOS

O número de sócios da APPACDM de Castelo Branco tem vindo aumentar nos últimos três anos como se evidencia no gráfico 1.

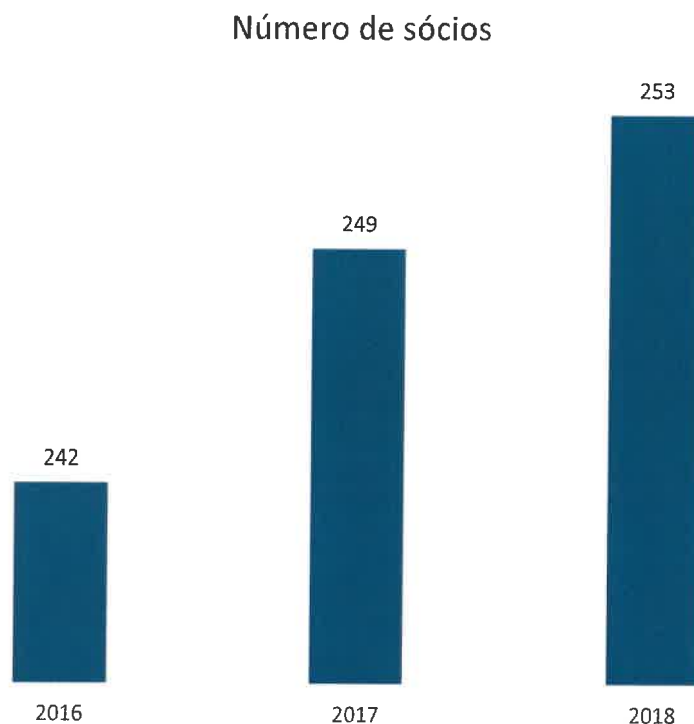


Gráfico 1 - Número de Sócios

## 2. UTENTES

No ano de 2018, a APPACDM de Castelo Branco prestou diariamente serviços a cerca 615 utentes provenientes de 8 dos 11 concelhos do distrito de Castelo Branco. O gráfico seguinte apresenta o número de utentes nos 2017 e 2018, distribuídos pelas seguintes valências:

*Paulo*  
*uf*  
*ce*

### Número Médio de Utentes

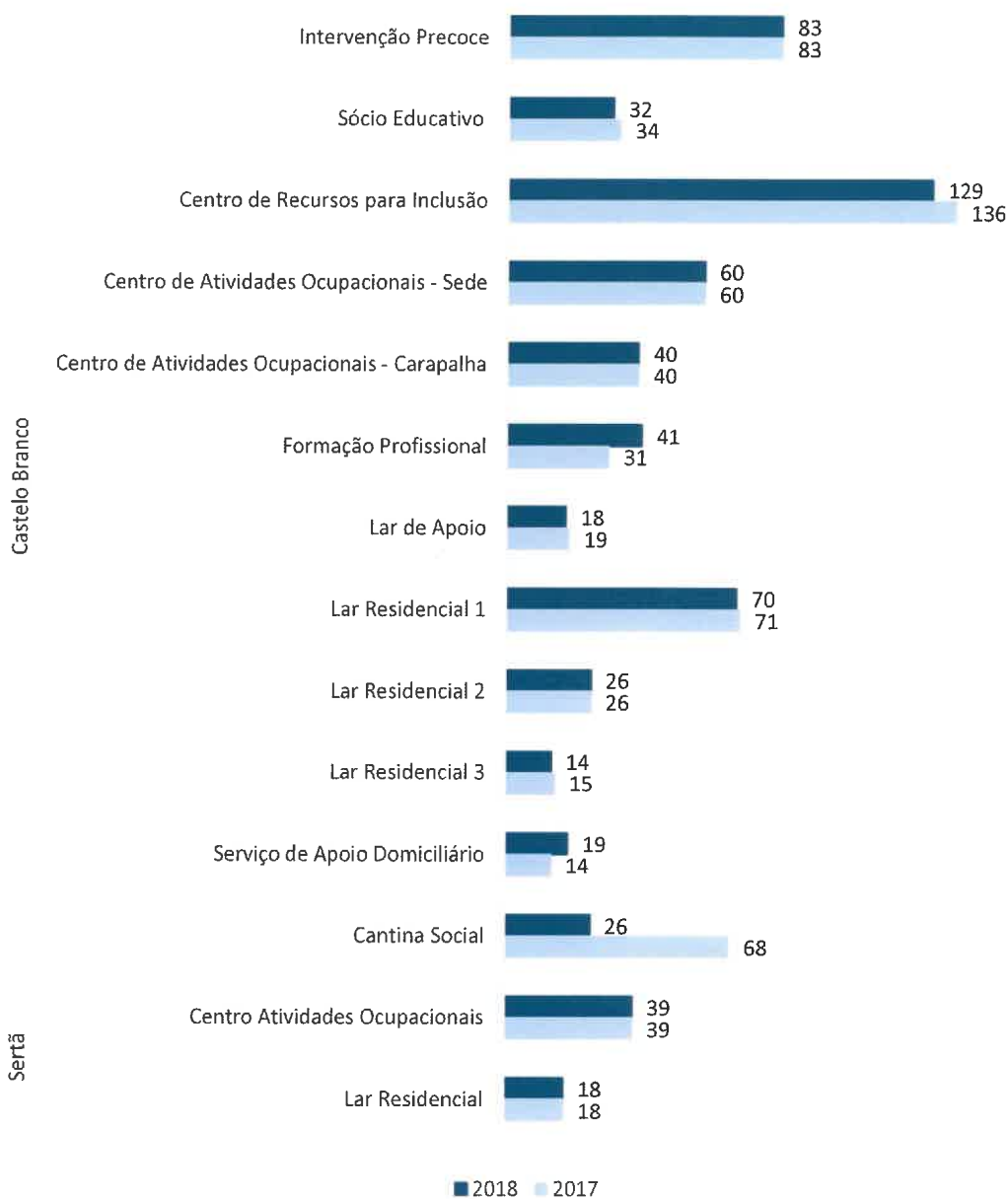


Gráfico 2 - Número Médio de Utentes em 2017 e 2018

## 2.1 - ATIVIDADES REALIZADAS PELOS UTENTES

De modo a garantir uma melhoria contínua dos padrões de qualidade nos serviços a prestar aos utentes, foram promovidas inúmeras atividades lúdico-recreativas,

terapêuticas, culturais, intelectuais/formativas, sociais e desportivas, ao longo do ano e nas diversas valências, das quais se destacam:

- Comemoração de dias festivos;
- Realização de Festas de Natal;
- Montagem de presépios (Hospital, Centro de Saúde);
- Venda de Natal;
- Intercâmbio com outras instituições;
- Passeio de veleiro e visita ao Museu da Presidência da República;
- Um grupo de utentes do Lar 3 usufruíram de duas semanas de férias na praia de São Martinho;
- Simulacro de sismo;
- Jardinagem;
- Libertação de uma cegonha no Museu da Seda;
- Limpeza da barragem de Santa Águeda;
- Eucaristias de Páscoa, de Natal e Via Sacra;
- Participação do Rancho da APPACDM da Sertã em vários eventos;
- Desporto Adaptado (Ténis de mesa, Judo, Futebol, Natação, Karaté) – Desporto Escolar (Bóccia);
- Passeios / Picnics na quinta;
- Reabertura das aulas com a receção aos alunos;
- Celebração da Semana do Desporto;
- Realização da Prenda do Dia da Mãe e do Dia do Pai;
- Visitas aos quartéis dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco e Sertã;
- Idas às piscinas municipais de Castelo Branco e Sertã no verão.

### 3. RECURSOS HUMANOS

A qualidade da prestação dos serviços aos utentes depende das qualificações técnicas, profissionais e humanas de todos colaboradores. Assim, a APPACDM de Castelo Branco proporcionou uma progressiva atualização, motivação e valorização das competências pessoais e profissionais, investindo na formação interna e externa, de modo garantir a qualificação dos seus recursos humanos das várias valências.

A 31 de dezembro de 2018 a instituição contava com uma equipa multidisciplinar de 174 colaboradores e 19 prestadores de serviços, mantendo o mesmo número relativamente a 31 de dezembro de 2017 (cf. gráfico 3).

*Paula*  
*7/7*  
*ce*

### Número de Colaboradores e Prestadores de Serviços



Gráfico 3 - Número de Colaboradores e Prestadores de Serviços

O gráfico 4 apresenta a distribuição de colaboradores nos três estabelecimentos da APPACDM de Castelo Branco.

### Distribuição de Colaboradores

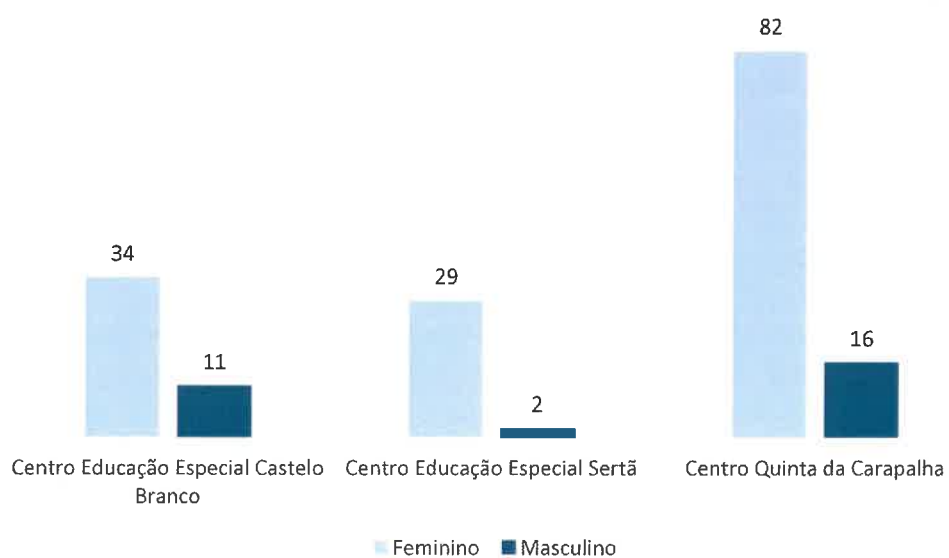


Gráfico 4 – Distribuição de Colaboradores

A 31 de dezembro de 2018, no Centro Quinta da Carapalha trabalhavam 56% do total dos colaboradores da instituição, no Centro de Educação Especial Castelo Branco exerciam funções 26% e no Centro de Educação Especial Sertã colaboravam 18%. Verifica-se ainda pelo gráfico que o universo de colaboradores da APPACDM de Castelo Branco é composto maioritariamente por pessoas do sexo feminino 83%, pelo que o sexo masculino conta apenas com 17%.

#### 4. PARCERIAS

Com o objetivo de alcançar resultados cada vez mais eficazes e uma sociedade mais inclusiva, desenvolveram-se com os parceiros, ao longo do ano de 2018, atividades locais e nacionais, em que se destacam as seguintes parcerias:

- Centro Distrital de Segurança Social;
- Ministério da Educação;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- Câmara Municipal de Castelo Branco e Sertã;
- Junta de Freguesia de Castelo Branco;
- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS);
- União Distrital das IPSS (UDIPSS);
- Hospital Amato Lusitano;
- Instituto Politécnico de Castelo Branco (Escola Superior de Educação, Escola Superior de Artes, Escola Superior de Saúde e Escola Superior de Tecnologia);
- Centro de Formação Profissional do IEFP;
- Universidade de Coimbra;
- Universidade do Minho;
- Escola Superior de Saúde Porto;
- Instituto Politécnico de Leiria;
- Escolas de Formação Profissional ETEPA e ETAPRONI;
- Agrupamentos de Escolas: Afonso de Paiva, Nuno Álvares, Amato Lusitano, José Sanches Alcains, Vila Velha de Rodão e Sertã;
- Sub-região de Saúde;
- ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro Sul;
- Dielmar;

- Federação Portuguesa para a Deficiência Mental (HUMANITAS);
- Conselho Local de Ação Social (CLAS);
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

### 5. MELHORIA CONTÍNUA E INOVAÇÃO

Durante o ano de 2018, registaram-se ações na esfera da melhoria contínua/inação, práticas de utentes, otimizando a comunicação e imagem da organização, tais como:

- Início das comemorações dos 45 anos da Instituição, com concerto pelos alunos da ESART, no Museu da Seda;
- Representação da Instituição, pela Presidente da Direção na CNIS, UDIPSS, Humanitas, FEDPAS, Conselho Geral dos Agrupamentos Nuno Álvares e Amato Lusitano e Conselho Local de Ação Social;
- Apresentações e *Posters* em Seminários e Congressos, Nacionais e Estrangeiros;
- Visitas guiadas ao Museu da Seda;
- Promoção de atividades de divulgação de produtos elaborados pelos utentes;
- Desenvolvimento de ações de Formação dos colaboradores no sentido da melhoria do desempenho e qualidade da resposta dos utentes em parceria com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco;
- Maior aposta no Desporto Adaptado – Special Olympics;
- Participação em diversos torneios de quatro modalidades do Desporto Escolar (Ténis de mesa, Boccia, natação e Judo), de norte a sul do país, tendo vários utentes ganho inúmeros prémios consecutivamente;
- Organização e participação do VII Encontro de Natação Adaptada, na Sertã e I Encontro de Futebol Adaptado em Castelo Branco;
- Estágios Profissionais do Instituto Emprego e Formação Profissional;
- Estágios Curriculares de alunos provenientes do Instituto Emprego e Formação Profissional, escolas Secundárias/Profissionais e Politécnicos/Universidades.

Dá-se continuidade às respostas de intervenção terapêutica no Centro de Recursos e Reabilitação (hidroterapia, terapia ocupacional, fisioterapia, terapia da fala, nutrição e psicologia), respondendo às solicitações da comunidade. Encontra-se também aberta à população em geral, a Quinta da Carpalha, com o seu percurso pedagógico.

A continuidade dos projetos “Museu da Seda”, “Centro Sericícola” que produz a seda natural, com marca registada “ECOSEDA”, “Agricultura Biológica” – produção de diversos produtos biológicos na quinta são certificados pela ECOCERT -, “Atividade Pecuária”, “Jardinagem e Espaços Verdes”, “Incluir através da multiplicação de plantas”, “Projeto Úrano”, “Asinoterapia”, “Centro de Recursos para a Inclusão” e “Desporto Adaptado” foram também pilares no desenvolvimento da instituição.

## V. PERSPETIVAS FUTURAS

Em 2018, a APPACDM de Castelo Branco celebrou 45 anos de existência. Os Órgãos Sociais do quadriénio 2016-2019, pretendem dar continuidade às atividades existentes e incrementar novas, de modo a garantir a melhoria contínua dos padrões de qualidade dos serviços a prestar aos utentes e famílias, indo ao encontro das suas expectativas, necessidades e interesses, contribuindo assim para uma sociedade mais inclusiva.

## VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A APPACDM de Castelo Branco, no período findo a 31 de dezembro de 2018 apresentou um resultado líquido de oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e nove euros, e trinta e um cêntimos (81 549,31€), propondo a sua aplicação em resultados transitados.

## VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, sobretudo aos nossos Utentes/Famílias, mas também a todos os nossos Parceiros, porque a todos eles se deve em muito o crescimento e desenvolvimento das nossas atividades.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de profundo apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a ser no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da APPACDM de Castelo Branco.

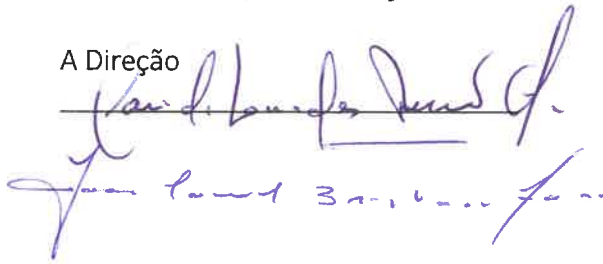
Apresenta-se, de seguida as Demonstrações Financeiras e Anexo, relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com o exigido pelo referencial contabilístico.





Castelo Branco, 13 de março de 2019

A Direção



## VIII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DEZEMBRO 2018

### 1. BALANÇO

#### BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária: Euros	
		Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	5.810.707,99	5.865.604,53
Investimentos financeiros		8.283,70	5.734,37
		<b>5.818.991,69</b>	<b>5.871.338,90</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	8.378,64	6.965,76
Créditos a receber	8	23.944,83	14.435,47
Estado e outros Entes Públicos	9	56.599,49	31.056,26
Outros ativos correntes	10	609.392,88	355.726,76
Diferimentos	11	36.295,75	16.803,37
Caixa e depósitos bancários	4	3.517.143,46	3.644.398,44
		<b>4.251.755,05</b>	<b>4.069.386,06</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>10.070.746,74</b>	<b>9.940.724,96</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	12	632.341,56	632.341,56
Resultados transitados	12	6.482.738,88	6.410.406,18
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	1.895.159,75	2.003.709,93
		<b>9.010.240,19</b>	<b>9.046.457,67</b>
Resultado Líquido do período	12	81.549,31	72.332,70
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>	12	<b>9.091.789,50</b>	<b>9.118.790,37</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
		-	-
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	83.243,35	79.407,28
Estado e outros Entes Públicos	9	68.730,55	72.320,00
Diferimentos	11	459.684,25	131.633,18
Outros passivos correntes	14	367.299,09	538.574,13
		<b>978.957,24</b>	<b>821.934,59</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>978.957,24</b>	<b>821.934,59</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>10.070.746,74</b>	<b>9.940.724,96</b>

Castelo Branco, 13 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Tabela 1 - Balanço em 31 de dezembro de 2018

*Paulo*  
*J. J. J.*  
*de*

## 2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	15	746.643,99	686.675,21
Subsídios, doações e legados à exploração	16	3.346.561,38	3.307.959,09
Trabalhos para a própria entidade	17	119.191,95	112.909,85
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-282.307,15	-292.355,98
Fornecimentos e serviços externos	18	-916.119,03	-895.602,32
Gastos com o pessoal	19	-2.644.794,60	-2.558.323,73
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8		1.040,00
Outros rendimentos	20	148.757,79	136.758,45
Outros gastos	21	-126.230,55	-97.441,30
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>391.703,78</b>	<b>401.619,27</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-318.621,06	-340.110,59
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>73.082,72</b>	<b>61.508,68</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	22	8.466,59	10.824,02
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>81.549,31</b>	<b>72.332,70</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>81.549,31</b>	<b>72.332,70</b>

Castelo Branco, 13 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*[Handwritten signature]*

A DIREÇÃO  
*Paulo J. J. J. de*  
 13 de Março de 2019  
*João*

Tabela 2 - Demonstração dos Resultados por Naturezas

### 3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

#### DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade	
									Total dos Fundos Patrimoniais	Unidade Monetária: Euros
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	632.341,56	-	-	6.381.133,41	-	2.108.645,68	29.272,77	9.151.393,42	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Imputação a rendimentos de subsídios ao investimento							-104.935,75			-104.935,75
Transferência Resultados Líquidos de 2016					29.272,77			-29.272,77		
	2				29.272,77			-29.272,77		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						-104.935,75	72.332,70		-104.935,75
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							43.059,93		43.059,93
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
	5									
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6=1+2+3+5	632.341,56	-	-	6.410.406,18	-	2.003.709,93	72.332,70	9.118.790,37	

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Tabela 3 - Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2017



DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Unidade Monetária: Euros	
									Total dos Fundos Patrimoniais	Total dos Fundos Patrimoniais
Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade										
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	632.341,56	-	-	6.410.406,18	-	2.003.709,93	72.332,70	9.118.790,37	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Imputação a rendimentos de subsídios ao investimento							-108.550,18		-108.550,18	
Transferência Resultados Líquidos de 2017					72.332,70			-72.332,70		
	7				72.332,70		-108.550,18		-108.550,18	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							81.549,31	81.549,31	
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							9.216,61	9.216,61	
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	12			6.482.738,88		1.895.159,75	81.549,31	9.091.789,50	

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

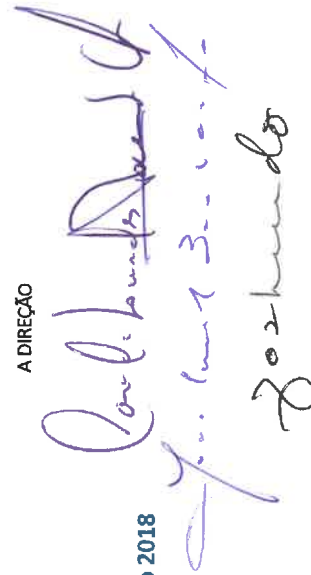


Tabela 4 - Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2018

*Paula*  


#### 4. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		Unidade Monetária:	Euros
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		724.649,27	673.481,00
Recebimentos de subsídios à exploração	4 (31.151,73)	3.412.801,96	3.195.414,36
Pagamentos de Bolsas e outros Apoios		-98.843,40	-73.965,69
Pagamento a fornecedores		-1.116.792,37	-1.203.802,88
Pagamentos ao pessoal		-1.734.281,56	-1.661.221,64
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1.187.533,90</b>	<b>929.905,15</b>
Outros recebimentos/pagamentos		-888.484,94	-489.364,22
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>299.048,96</b>	<b>440.540,93</b>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-442.815,04	-106.685,56
Juros e rendimentos similares		9.875,35	7.813,15
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-432.939,69</b>	<b>-98.872,41</b>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		6.635,75	7.623,61
Outras operações de financiamento			294,23
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>6.635,75</b>	<b>7.917,84</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-127.254,98</b>	<b>349.586,36</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.644.398,44	3.294.812,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.517.143,46	3.644.398,44

Castelo Branco, 13 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



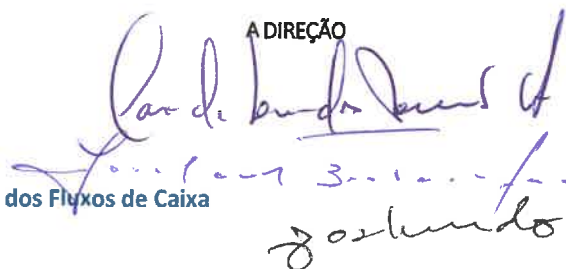
A DIREÇÃO  
  
 Paulo de Sousa  
 30/03/2019  
 José Augusto

Tabela 5 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

## 5. ANEXO

O presente ANEXO compreende as divulgações que a APPACDM de Castelo Branco considera deverem ser relatadas com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2018, incluindo as que são exigidas pelo referencial contabilístico que lhe é aplicável.

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A “APPACDM de Castelo Branco” é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação/IPSS, com o NIPC 504646710 cujos estatutos publicados no Diário da República n.º 155 de 06/07/2001, Série III, foram objeto de alteração na Assembleia Geral realizada 15/10/2015 e posteriormente remetidos à Direção-Geral da Segurança Social, que registou o averbamento n.º 2, à inscrição n.º 62/01, a fls. 163, 163 verso e 164 do Livro n.º 8 das Associações de Solidariedade Social e considerando-se efetuado em 16/06/2016.

Tem como fim satisfazer as necessidades e carências do cidadão deficiente mental e a sua integração social, através das atividades de ensino e reabilitação.

Para prosseguir os seus objetivos está enquadrada nos seguintes CAES:

- **CAE Principal:** 87302 Atividade de Apoio Social para pessoas com deficiência com alojamento;
- **CAE's Secundários:** 88102 Atividade Apoio Social para pessoas com Deficiência sem alojamento (CAO e SAD); 85201 Ensino Básico (Sócios Educativos); 88990 Out. Atividade Apoio social sem alojamento N.E. (Cantinas Sociais);
- **CAE's atividades auxiliares:** 85591 Formação Profissional; 01500 Agricultura Produção Animal (agricultura); 86906 Outras atividade saúde humana (terapias, Psicologia, Nutrição); 91020 Atividades dos Museus

A APPACDM de Castelo Branco tem a sede em Castelo Branco, na Rua em frente ao Hospital Distrital de Castelo Branco, o Centro da Carapalha, também em Castelo Branco e a delegação da Sertã.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A APPACDM aplica o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março posteriormente



alterado pela Portaria n.º 218/2015 de 23 junho como consta do DR n.º 142- 1ª série. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNLNCRF-ESNL).

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### 3.1.1 CONTINUIDADE:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2 REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos”.

##### 3.1.3 CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras do presente anexo estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras.

### 3.1.4 MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5 COMPENSAÇÃO

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

### 3.2.1. RÉDITO

O rédito é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados às atividades fluirão para a entidade e a respetiva quantia puder ser mensurada com fiabilidade.

O rédito das atividades da APPACDM é reconhecido como se segue:

- i) Vendas – Na data da transação;
- ii) Matrículas – Na data da realização da matrícula;
- iii) Mensalidades e participações – No período em que o serviço é prestado;
- iv) Serviços secundários - No período em que o serviço é prestado;
- v) Quotas e joias – Na data do seu recebimento.

*Handwritten signature and initials*

O rédito proveniente de aplicações de ativos financeiros é reconhecido nos resultados dos períodos a que respeita.

### 3.2.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
<b>Terrenos e recursos naturais</b>	
<b>Edifícios e outras construções</b>	20 a 50 anos
<b>Equipamento básico</b>	4 a 12 anos
<b>Equipamento de transporte</b>	4 a 10 anos
<b>Equipamento biológico</b>	10 anos
<b>Equipamento administrativo</b>	3 a 12 anos
<b>Outros Ativos fixos tangíveis</b>	4 a 12 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação que se encontra, espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

### 3.2.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis da APPACDM têm vida útil determinável. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método de linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram estabelecidas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

### 3.2.4. INVENTÁRIOS

Os “*Inventários*” estão mensurados ao custo de aquisição. As saídas de inventários são reconhecidas de acordo com o método do custo médio ponderado.

Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade, sendo resposto quando deixam de existir os motivos que a originaram.

### 3.2.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros incluem caixa e depósitos bancários, outros instrumentos financeiros, clientes e utentes e outros valores a receber e a pagar e são reconhecidos pelo custo, sendo este um valor muito próximo do respetivo justo valor, dada a sua liquidez.

No que se refere aos valores receber, quando existem indícios de que tais valores têm risco de cobrabilidade é reconhecida uma perda por imparidade.

### 3.2.6. FUNDOS PATRIMONIAIS

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.7. PROVISÕES

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluso que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluso de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

A APPACDM está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

A APPACDM não exerce qualquer atividade comercial ou industrial fora do âmbito dos fins estatutários.

As despesas não documentadas estão sujeitas a tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

#### 4. FLUXOS DE CAIXA

Os movimentos e saldos das rubricas que compõem a caixa e seus equivalentes foi o seguinte:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	565,00	485.869,68	485.654,58	780,10
Depósitos à Ordem	843.833,44	9.348.051,08	9.225.521,16	966.363,36
Outros Depósitos Bancários	2.800.000,00	2.550.000,00	2.800.000,00	2.550.000,00
<b>Total de Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>3.644.398,44</b>	<b>12.383 920,76</b>	<b>12.511.175,74</b>	<b>3.517.143,46</b>

Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.

#### 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento nas rubricas de ativos fixos tangíveis em 2018 e 2017 resume-se nos quadros seguintes:

*Handwritten signature and initials.*

*Pa. 26*  
*74*  
*ce*

## 31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Transferências	Outros	Saldo em 31-Dez-2017
<b>Custo</b>					
Terrenos recursos naturais	362.195,13	-	-	-	362.195,13
Edifícios outras construções	6.330.928,57	89.160,94	1.361.341,35	-	7.781.430,86
Equipamento básico	1.241.014,07	12.411,00	66.223,15	-	1.319.648,22
Equipamento de transporte	587.560,27	13.606,23	-	-	601.166,50
Equipamento biológico	11.222,48	-	-	-	11.222,48
Equip. administrativo	211.267,78	1.448,17	3.537,91	-	216.253,86
Outros Ativos fixos tangíveis	44.517,96	-	-	-	44.517,96
Investimentos em Curso	1.301.671,72	260.036,10	-1.431.102,41	-	130.605,41
<b>Total</b>	<b>10.090.377,98</b>	<b>376.662,44</b>			<b>10.467.040,42</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.344.326,04	243.061,73	-	8.782,50	2.596.170,27
Equipamento básico	1.116.175,18	76.869,53	-	2.262,45	1.195.307,16
Equipamento de transporte	559.700,23	11.471,14	-	-1.254,19	569.917,18
Equipamento biológico	1.442,00	185,00	-	-	1.627,00
Equipamento administrativo	208.093,10	7.983,44	-	-	216.076,54
Outros Ativos fixos tangíveis	21.797,99	539,75	-	-	22.337,74
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.251.534,54</b>	<b>340.110,59</b>		<b>9.790,76</b>	<b>4.601.435,89</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>5.838.843,44</b>			<b>-9.790,76</b>	<b>5.865.604,53</b>

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Transferências	Outros	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	362.195,13	-			<b>362.195,13</b>
Edifícios e outras construções	7.781.430,86	28.063,57	94.711,01	-	<b>7.904.205,44</b>
Equipamento básico	1.319.648,22	11.592,56		-	<b>1.331.240,78</b>
Equipamento de transporte	601.166,50	127.038,30		-14.843,71	<b>713.361,09</b>
Equipamento biológico	11.222,48			-	<b>11.222,48</b>
Equipamento administrativo	216.253,86	2.370,66		-	<b>218.624,52</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	44.517,96	-		-	<b>44.517,96</b>
Investimentos em curso	130.605,41	94.711,01	-94.711,01		<b>130.605,41</b>
<b>Total</b>	<b>10.467.040,42</b>	<b>263.776,10</b>		<b>-14.843,71</b>	<b>10.715.972,81</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais				-	-
Edifícios e outras construções	2.596.170,27	268.373,00			<b>2.864.543,27</b>
Equipamento básico	1.195.307,16	29.300,38	-		<b>1.224.607,54</b>
Equipamento de transporte	569.917,18	11.413,32		-14.792,13	<b>566.538,37</b>
Equipamento biológico	1.627,00	100,00	-		<b>1.727,00</b>
Equipamento administrativo	216.076,54	8.908,76	-		<b>224.985,30</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	22.337,74	525,60			<b>22.863,34</b>
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.601.435,89</b>	<b>318.621,06</b>	-	<b>-14.792,13</b>	<b>4.905.264,82</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>5.865.604,53</b>				<b>5.810.707,99</b>

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os terrenos onde está instalado o polo da Carapalha foram cedidos à APPACDM por um período de 25 anos, renovável. As depreciações daqueles equipamentos estão de acordo com a vida útil estimada e não pelo período de concessão dos terrenos, uma vez que não é expectável que o contrato de comodato não seja renovado no fim do prazo.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica de “Ativos Intangíveis” apresentava os seguintes valores:



*Paulo*  
*Jy*  
*20*

## 31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-01-2017	Aquisições/Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2018
<b>Custo</b>						
Programas de computador	7.135,23					7.135,23
<b>Total</b>	<b>7.135,23</b>	<b>0,00</b>				<b>7.135,23</b>

	Saldo em 01-01-2017	Aquisições/Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2017
--	------------------------	--------------------	--------	----------------	----------------	------------------------

## Depreciações acumuladas

Programas de computador	7.135,23					7.135,23
<b>Total</b>	<b>7.135,23</b>					<b>7.135,23</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>

## 31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-01-2018	Aquisições/Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2018
<b>Custo</b>						
Programas de computador	7.135,23					7.135,23
<b>Total</b>	<b>7.135,23</b>	<b>0,00</b>				<b>7.135,23</b>

	Saldo em 01-01-2018	Aquisições/Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2018
--	------------------------	--------------------	--------	----------------	----------------	------------------------

## Depreciações acumuladas

Programas de computador	7.135,23					7.135,23
<b>Total</b>	<b>7.135,23</b>					<b>7.135,23</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>

*Paulo B.*  
*uf*  
*re*

## 7. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017		Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017		Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
	Compras			Compras			
Mercadorias	366,49	830,50		1.196,99	954,70	-578,22	<b>1.573,47</b>
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	7.995,02	278.676,78	11.452,95	5.768,77	270.126,87	13.216,68	<b>6.805,17</b>
<b>Total</b>	<b>8.361,51</b>	<b>279.507,28</b>	<b>11.452,95</b>	<b>6.965,76</b>	<b>271.081,57</b>	<b>12.638,46</b>	<b>8.378,64</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<b>292.355,98</b>		<b>282.307,15</b>	

As reclassificações e regularizações no valor de 12.638,46 € correspondem a entradas em espécie como seja a produção própria da quinta para consumo interno e donativos também em espécie de géneros alimentares.

## 8. CRÉDITOS A RECEBER

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Cientes e Utentes c/c	23.944,83	14.435,47
Cientes	660,00	
Utentes	23.284,83	14.435,47
Cientes de Cobrança duvidosa	22.211,18	22.211,18
<b>Total</b>	<b>46.156,01</b>	<b>36.646,65</b>
Perdas por Imparidade		
<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Perdas por imparidade acumuladas no início do período	-22.211,18	-23.251,18
Perdas por imparidade no período		1.040,00
Perdas por imparidade acumuladas no fim do período	-22.211,18	-22.211,18
<b>Total da rubrica de clientes</b>	<b>23.944,83</b>	<b>14.435,47</b>

*Paulo L*  
*uf*  
*se*

## 9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	56.599,49	31.056,26
<b>Total</b>	<b>56.599,49</b>	<b>31.056,26</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	154,29	
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	18.255,22	19.715,52
Segurança Social	50.041,23	52.604,48
Outros Impostos e Taxas, FCT	279,81	
<b>Total</b>	<b>68.730,55</b>	<b>72.320,00</b>

## 10. OUTROS ATIVOS CORRENTES

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos</b>	5.750,13	8.238,89
Juros a receber	4.192,63	5.601,39
ISS, IP-Cantinas Sociais	1.437,50	2.637,50
Outros	120,00	
<b>Outros Devedores</b>	603.642,75	347.487,87
POPH Med. 6.2/POISE	588.799,49	309.553,97
IEFP-CB		18.699,52
Antenas	2.348,26	2.128,73
PDR2020	12.495,00	12.495,00
Outros devedores forn. c/c (SPZC+DJ)		4.610,65
<b>Total</b>	<b>609.392,88</b>	<b>355.726,76</b>

*Paula*  
*7*  
*2018*

## 11. DIFERIMENTOS

As rubricas de “Diferimentos” decompõem-se como se segue:

Descrição	2018	2017
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Outros (seguros)	36.295,75	16.803,37
<b>Total</b>	<b>36.295,75</b>	<b>16.803,37</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
POISE	459.684,25	121.783,33
IEFP		9.849,85
<b>Total</b>	<b>459.684,25</b>	<b>131.633,18</b>

## 12. FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 1 Jan 2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 Dez 2017
Fundos	632.341,56			632.341,56
Resultados transitados	6.381.133,41	29.272,77		6.410.406,18
Outras variações nos fundos patrimoniais	2.108.645,68		-104.935,75	2.003.709,93
	<b>9.122.120,65</b>	<b>9.272,77</b>	<b>-104.935,75</b>	<b>9.046.457,67</b>
Resultado Líquido do Período	29.272,77	72.332,70	-29.272,77	72.332,70
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>	<b>9.151.393,42</b>	<b>101.605,47</b>	<b>-134.208,52</b>	<b>9.118.790,37</b>

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	632.341,56			632.341,56
Resultados transitados	6.410.406,18	72.332,70		6.482.738,88
Outras variações nos fundos patrimoniais	2.003.709,93		-108.550,18	1.895.159,75
	<b>9.046.457,67</b>	<b>72.332,70</b>	<b>-108.550,18</b>	<b>9.010.240,19</b>
Resultado Líquido do Período	72.332,70	81.549,31	-72.332,70	<b>81.549,31</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>	<b>9.118.790,37</b>	<b>153.882,01</b>	<b>-180.882,88</b>	<b>9.091.789,50</b>

Em 2018 os resultados transitados aumentaram pelo valor de 72 332,70 euros em virtude da transferência dos resultados líquidos de 2017.

A rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” diminuiu pela afetação a resultados dos subsídios ao investimento no valor de 108 550,18 €.

Na rubrica outras variações nos capitais próprios estão reconhecidas as seguintes doações:

Descrição	2018	2017
Herança de Luís Ferreira Belo	38.361,96	38.361,96
Herança de Isabel Esteves	26.199,93	26.199,93
Doação de Equipamentos	3.654,02	3.654,02
<b>Total</b>	<b>68.215,91</b>	<b>68.215,91</b>

### 13. FORNECEDORES

O saldo da rubrica de “Fornecedores c/c” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	83.243,35	79.407,28
<b>Total</b>	<b>83.243,35</b>	<b>79.407,28</b>

### 14. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		15.932,90		186.695,04
Credores por acréscimos de gastos		343.358,16		351.353,09
Férias e Sub. Férias		333.509,71		334.779,27
Fornecedores diversos		9.848,45		16.573,82
<b>Outros credores</b>		<b>8.008,03</b>		<b>526,00</b>
Fornecedores diversos		7.730,30		
Sindicato		2,24		90,28
Descontos judiciais		275,49		435,72
<b>Total</b>		<b>367.299,09</b>		<b>538.574,13</b>

*Handwritten signature and initials:*  
 L. A. L.  
 J. F.  
 C.

### 15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O rédito reconhecido no período relativo a vendas e serviços prestados foi integralmente obtido no mercado interno e decompõe-se como se segue:

Descrição	2018	2017
<b>VENDAS</b>	<b>14.846,58</b>	<b>10.195,91</b>
Produtos Oficiais e artesanais	3.166,66	6.990,36
Produtos Biológicos	4.730,34	3.201,48
Outros	6.949,58	4,07
<b>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	<b>731.797,41</b>	<b>676.479,30</b>
<b>Quotas associados, Matrículas e Mensali. Utentes</b>	<b>719.237,66</b>	<b>670.729,30</b>
Matrículas e Mensalidades dos Utentes	716.910,86	669.017,30
Quotizações, Joias e Cap. recursos	2.326,80	1.712,00
<b>Serviços Secundários</b>	<b>12.559,75</b>	<b>5.750,00</b>
Fisioterapia	7.610,75	4.684,00
Terapia Ocupacional	2.815,00	520,00
Outras Consultas	2.134,00	546,00
<b>Total das Vendas e Prestações Serviços</b>	<b>746.643,99</b>	<b>686.675,21</b>

### 16. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Associação reconheceu na demonstração dos resultados por naturezas os seguintes subsídios à exploração.

Descrição	2018	2017
<b>Subsídios do Governo</b>		
Segurança Social	2.703.278,81	2.664.880,64
DREC	262.049,82	297.687,87
<b>Total</b>	<b>2.965.328,63</b>	<b>2.962.568,51</b>
<b>Subsídios de outras entidades</b>		
Câmara Municipal Castelo Branco	60.000,00	60.000,00
Junta Freguesia C. Branco	600,00	500,00
IFAP	17.025,37	8.366,54
POPH- IEFPP Programas, Estágios	8.535,40	21.141,17
POPH- IEFPP-FP	295.003,98	254.739,37
Outros	68,00	643,50
<b>Total</b>	<b>381.232,75</b>	<b>345.390,58</b>
<b>Total</b>	<b>3.346.561,38</b>	<b>3.307.959,09</b>

*Paulo*

*7*

*10*

### 17. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os valores inscritos na conta “Trabalhos para a Própria Entidade” correspondem:

Descrição	2018	2017
Produtos da Qtª consumidos na Instituição	12.697,95	11.323,82
Subsídio de refeição atribuído em espécie	106.494,00	101.586,00
<b>Total</b>	<b>119.191,95</b>	<b>112.909,82</b>

### 18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
<b>Serviços especializados</b>		
Trabalhos especializados	24.945,05	27.319,25
Honorários	178.683,54	178.037,57
Conservação e reparação	98.469,84	99.946,18
Outros serviços especializados	1.951,65	1.590,46
<b>Materiais</b>	<b>86.676,15</b>	<b>40.280,24</b>
Energia e fluidos	282.097,46	247.415,74
Deslocações, estadas e transportes	39.560,15	36.842,29
Encargos com utentes	55.353,76	55.849,58
<b>Serviços diversos</b>		-
Limpeza higiene e conforto	106.227,82	154.123,24
Outros Serviços (bancário, didático)	6.988,58	8.941,62
Comunicação	21.354,22	15.061,71
Seguros	6.239,30	21.091,26
Outros serviços	7.571,51	9.103,18
<b>Total</b>	<b>916.119,03</b>	<b>895.602,32</b>

### 19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2018 e 2017 foram, respetivamente “22” e “22”.

Os órgãos diretivos/sociais da APPACDM de Castelo Branco não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade no exercício findo em 31-12-2018 foi de 172 e em 31-12-2017 foi de 170.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
<b>Remunerações aos Órgãos Sociais</b>	-	-
Remunerações ao Pessoal	2.165.757,94	2.099.070,69
Encargos sobre as Remunerações	456.846,33	437.167,27
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	16.201,08	17.941,91
Outros Gastos com o Pessoal	5.989,25	4.143,86
<b>Total</b>	<b>2.644.794,60</b>	<b>2.558.323,73</b>

## 20. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Rendimentos Suplementares</b>	<b>14.395,30</b>	<b>12.952,89</b>
Serviços Sociais	13.267,77	7.881,15
Aluguer de Equipamento	237,53	241,31
Outros	890,00	4.830,43
<b>Descontos de pronto pagamento obtidos</b>	<b>1.597,68</b>	<b>1.977,21</b>
<b>Outros rendimentos</b>	<b>132.746,81</b>	<b>121.828,35</b>
Imputação de Subsídios ao Investimento	108.550,18	104.935,75
Donativos e outros	7.086,48	7.763,41
Receitas de Processos Judiciais	9.700,00	7.800,00
Correções Relativas a Períodos Anteriores	3.555,80	1.329,19
Outros	3.872,35	
<b>Total</b>	<b>148.757,79</b>	<b>136.758,45</b>

(1) A APPACDM reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios ao investimento concedidos pelo governo e outras entidades públicas:



Descrição	Valor Inicial	Valor Líquido 2017	Subsídio reconhecido 2018	Valor Líquido 2018
PIDDAC - Obra da Sertã	122.898,77 €	76.197,22 €	2.457,98 €	73.739,24 €
PIDDAC - Novo Lar Carapalha	417.894,43 €	62.208,32 €	20.736,01 €	41.472,31 €
CDSS - MASES	34.196,09 €	18.704,54 €	893,64 €	17.810,90 €
Remod. Coz.Carap. Sub Event.	100.000,00 €	12.830,45 €	2.423,20 €	10.407,25 €
Camara Municipal C. Branco	191.537,51 €	122.583,97 €	3.830,77 €	118.753,20 €
PAMAF - Med. 2.2	60.987,71 €	10.339,53 €	1.720,39 €	8.619,14 €
IFADAP - Sub.Const. Charca	10.476,43 €	5.592,30 €	348,87 €	5.243,43 €
CDSS Sub. Ev. Obras Lar 4	60.000,00 €	14.602,33 €	2.086,26 €	12.516,07 €
Museu Seda	905.600,00 €	860.320,00 €	45.280,00 €	815.040,00 €
POPH 23468/2009/612	640.864,77 €	597.668,60 €	15.248,75 €	582.419,85 €
CMCB Lar 4	50.000,00 €	46.025,75 €	1.189,70 €	44.836,05 €
PRODER/ADRACES	89.297,23 €	62.508,07 €	4.464,86 €	58.043,21 €
PDR200 3.2.2	12.495,00 €	12.442,94 €	624,75 €	11.818,19 €
<b>Totais</b>	<b>2.696.247,94 €</b>	<b>1.902.024,02 €</b>	<b>101.305,18 €</b>	<b>1.800.718,84 €</b>

(2) A Associação reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios ao investimento concedidos por outras entidades:

#### Imputação dos subsídios ao Investimento 2018 (Outras entidades)

Conta	Descrição	Valor Inicial	Valor líquido 2017	Subsídio reconhecido 2018	Valor líquido 2018
594221	EDP	72.450,00 €	33.470,00 €	7.245,00 €	26.225,00 €

Os subsídios ao investimento devem ser reconhecidos em resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos relacionados (depreciações e amortizações).

Nenhum dos subsídios ao investimento reconhecido nas demonstrações financeiras é reembolsável.

*Paula*  
 ↓  
*ef*  
 ↓  
*co*

## 21. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Impostos</b>	<b>19.461,72</b>	<b>21.841,57</b>
IMI	433,23	433,09
IVA	16.579,63	18.969,44
Taxas	2.448,86	2.439,04
<b>Correções relativas a exercícios anteriores</b>	<b>5.940,24</b>	<b>11.680,95</b>
<b>Apoios Financeiros a Utentes e Associados</b>	<b>94.635,40</b>	<b>60.470,63</b>
Subsídios Refeição Formandos	37.981,17	25.487,32
Bolsas Formandos	56.654,23	34.983,31
<b>Outros</b>	<b>6.193,19</b>	<b>3.448,15</b>
<b>Total</b>	<b>126.230,55</b>	<b>97.441,30</b>

## 22. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	8.466,59	10.824,02
<b>Resultados financeiros</b>	<b>8.466,59</b>	<b>10.824,02</b>

### 23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Associação não tem qualquer imposto sobre o rendimento a pagar relativo ao exercício de 2018.

### 24. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018 não foram constituídas quaisquer provisões ou reconhecidos passivos e ativos contingentes, nem tão pouco foram identificadas situações que possam dar origem ao reconhecimento de provisões ou ativos e passivos contingentes.

### 25. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e a situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

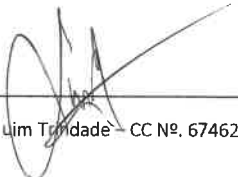
### 26. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

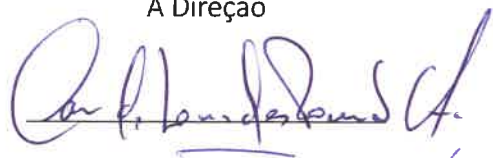
Castelo Branco, 13 de março de 2019

O Contabilista Certificado



(Joaquim Trindade - CC Nº. 67462)

A Direção



José Manuel Brito Fernandes  
José Manuel Brito Fernandes  
José Manuel Brito Fernandes

## Parecer do Conselho Fiscal

De acordo com o artigo nº.32. 1º. alínea b) dos Estatutos da APPCDM de Castelo Branco o Conselho Fiscal acompanhou de perto os factos mais relevantes em matéria de gestão, através de troca de impressões com a Direcção, CC e responsáveis pelos Serviços e verificou um número significativo de documentos que servem de suporte à contabilidade.

- a) Analisamos o relatório da Direcção que traduz fielmente o ocorrido no período de 2018.
- b) Tanto o Balanço assim como a Demonstração de Resultados, dão satisfação aos preceitos legais e são claros da situação financeira em 31 de Dezembro de 2018.

O Conselho Fiscal face aos exames efectuados tem a seguinte opinião:

1. Que sejam aprovados pela Assembleia Geral o Relatório da Direcção, Balanço e Demonstração de Resultados e Outras Peças Auxiliares, respeitantes ao período findo em 31 de Dezembro de 2018.
2. Que ao resultado do período a sua aplicação seja feita de acordo com a proposta da Direcção.

Elogiamos a Direcção pelo trabalho desenvolvido em prol dos clientes da APPACDM de Castelo Branco, assim como da população em geral a quem presta apoio.

É nosso dever ainda agradecer à Direcção e seus colaboradores a disponibilidade que sempre nos dispensaram no desempenho da nossa função.

Não havendo mais nada a tratar encerramos este parecer que vai ser assinado pelos presentes.

Castelo Branco, 14 de Março de 2019

O Conselho Fiscal:

Dr.ª Maria Cristina Vicente Pires Granada - Presidente

*Maria Cristina Vicente Pires Granada*

Jorge José Antunes Alves - 1º. Vogal

*Jorge José Antunes Alves*

António Nunes da Silva Baptista - 2º. Vogal

*António Nunes da Silva Baptista*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **APPACDM de Castelo Branco** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 10.070.746,74 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.091.789,50 euros, incluindo um resultado líquido de 81.549,31 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

# ANA SOFIA GONÇALVES BELGAS

Revisor Oficial de Contas

Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1523

Registada na CMVM Sob o n.º 20161133

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso

# ANA SOFIA GONÇALVES BELGAS

Revisor Oficial de Contas

Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1523

Registada na CMVM Sob o n.º 20161133

relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

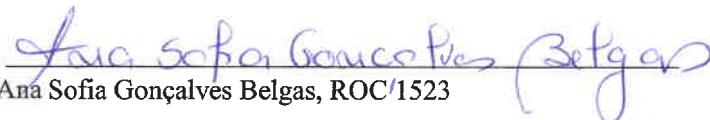
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Castelo Branco, 22 de março de 2019

  
Ana Sofia Gonçalves Belgas, ROC/1523